



Esta obra está sob o direito de Licença
Creative Commons Atribuição 4.0
Internacional.

O PROFESSOR ALFABETIZADOR NA CONTEMPORANEIDADE: FORMAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

*Erica Maria da Silva Miranda
Maria José Cavalcante da Silva
José Benildo Miranda da Silva*

RESUMO

Este artigo discute a formação do professor alfabetizador na contemporaneidade, considerando os desafios e as práticas pedagógicas relacionadas aos processos de alfabetização e letramento nos anos iniciais da educação básica. A pesquisa destaca a importância de uma formação docente crítica, reflexiva e contínua, capaz de atender às demandas educacionais e sociais presentes no contexto atual. Nesse sentido, aborda-se a alfabetização não apenas como aquisição do sistema de escrita, mas também como prática social vinculada ao letramento, possibilitando ao educando a participação ativa nas diferentes situações comunicativas da sociedade. O objetivo desse estudo é evidenciar a importância do professor alfabetizador que exerce papel fundamental na construção do conhecimento, exigindo competências pedagógicas que articulem teoria e prática no desenvolvimento da aprendizagem significativa. Nesse sentido, a formação do professor alfabetizador constitui elemento essencial para a promoção de uma educação de qualidade e para o fortalecimento das práticas de leitura e escrita no ambiente escolar. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e bibliográfica. É de natureza qualitativa por buscar compreender o fenômeno da alfabetização e do letramento, a partir da interpretação de significados, discursos e contextos presentes na produção acadêmica. Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base na análise de artigos científicos e outras produções acadêmicas relevantes, utilizando-se do Estado da Arte para fundamentar e sustentar a discussão proposta. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a formação do professor alfabetizador desempenha papel fundamental no desenvolvimento das práticas de alfabetização e letramento nos anos iniciais da educação básica. A conclusão mostra que alfabetizar vai além da apropriação do sistema de escrita, envolvendo também práticas sociais de leitura e escrita que favorecem a participação ativa do educando na sociedade.

Palavras-chave: Formação docente. Professor alfabetizador. Alfabetização. Letramento. Aprendizagem significativa.

INTRODUÇÃO

A formação do professor alfabetizador constitui um elemento central para a efetivação de práticas pedagógicas significativas no processo de alfabetização. Alfabetizar envolve mais do que o domínio de métodos e técnicas de ensino da leitura e da escrita; trata-se de um trabalho que exige sensibilidade pedagógica, compreensão do desenvolvimento infantil, conhecimento da linguagem e capacidade de refletir sobre a própria prática. Nesse sentido, a formação docente precisa ser compreendida como um processo contínuo, que se constrói ao longo da trajetória profissional e no cotidiano da sala de aula (TARDIF, 2014).

Nessa perspectiva, o trabalho do professor é sustentado por um conjunto plural de saberes, que incluem os saberes da formação profissional, os saberes disciplinares, os saberes curriculares e os saberes experienciais. No caso do professor alfabetizador, esses saberes se articulam de maneira particularmente complexa, uma vez que o ensino da leitura e da escrita demanda acompanhamento atento, intervenções pedagógicas constantes e a capacidade de interpretar as hipóteses que as crianças constroem sobre a língua escrita. Assim, a formação inicial, embora fundamental, não é suficiente para dar conta das múltiplas situações que emergem na prática alfabetizadora (TARDIF, 2014).

A perspectiva de Schön (2000) contribui significativamente para a

compreensão da formação do professor alfabetizador ao enfatizar a ideia do profissional reflexivo. Para o autor, o conhecimento docente não se limita à aplicação de teorias previamente aprendidas, mas se constrói na ação e sobre a ação. No cotidiano da alfabetização, o professor é constantemente desafiado a tomar decisões, adaptar estratégias e ressignificar sua prática a partir das respostas e necessidades dos alunos. A reflexão-na-ação e a reflexão-sobre-a-ação tornam-se, portanto, elementos essenciais da formação docente.

Outro desafio relevante na formação do professor alfabetizador refere-se à distância, muitas vezes existente, entre teoria e prática. Tardif (2014) aponta que os saberes acadêmicos nem sempre dialogam de forma efetiva com os saberes construídos no exercício da docência, o que pode gerar insegurança e dificuldade na aplicação dos conhecimentos teóricos. A alfabetização, por sua natureza complexa, exige que o professor seja capaz de articular fundamentos teóricos sólidos com práticas pedagógicas contextualizadas e sensíveis às realidades dos alunos.

Nesse sentido, a formação continuada assume papel estratégico, ao possibilitar espaços de reflexão coletiva, troca de experiências e ressignificação das práticas pedagógicas. Conforme destaca Schön (2000), é no enfrentamento dos problemas reais da prática que o professor desenvolve sua competência profissional, ampliando sua

capacidade de análise e intervenção. Para o alfabetizador, esses espaços formativos contribuem para o aprimoramento das práticas de ensino, para o fortalecimento da identidade docente e para a construção de uma postura investigativa frente aos desafios da alfabetização.

Dessa maneira, a formação do professor alfabetizador deve ser compreendida como um processo permanente, que valoriza tanto os saberes teóricos quanto os saberes da experiência. Ao reconhecer o professor como sujeito que aprende, reflete e constrói conhecimento no exercício da docência, a formação docente contribui para práticas alfabetizadoras mais conscientes, humanizadas e comprometidas com a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos.

O LETRAMENTO E SUA FUNÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

O letramento constitui-se como um conceito fundamental para compreender a leitura e a escrita para além de sua dimensão técnica, reconhecendo-as como práticas sociais que permeiam a vida cotidiana dos sujeitos (KLEIMAN, 2005). Diferentemente de uma visão restrita, centrada apenas na aprendizagem do código escrito, o letramento refere-se às formas pelas quais a leitura e a escrita são utilizadas socialmente, assumindo sentidos e funções distintas conforme os contextos culturais, históricos e sociais nos quais os indivíduos estão inseridos (SOARES,

2020, p.27).

Para Soares (2004), a alfabetização e o letramento caminham juntos e não podem ser compreendidos separadamente. Aprender a ler e a escrever vai além do domínio das letras, sílabas e palavras; envolve, ao mesmo tempo, aprender a utilizar a leitura e a escrita nas situações concretas da vida social. Por isso, o letramento aparece como um complemento essencial da alfabetização, dando sentido ao que se aprende na escola.

Nesse entendimento, não basta que a criança saiba decodificar textos se ela não compreende para que a escrita serve e como pode utilizá-la para se comunicar, se informar e participar da sociedade. Alfabetizar é ensinar o sistema de escrita; letrar é possibilitar que esse sistema seja vivido, experimentado e utilizado significativamente no cotidiano (SOARES, 2023).

Assim, alfabetização e letramento se completam e se fortalecem mutuamente. Quando a criança aprende a ler e escrever em contextos reais, cercada de textos que fazem parte de sua vida, ela não apenas domina a escrita, mas se reconhece como sujeito ativo da cultura letrada, capaz de compreender o mundo e interagir com ele de maneira crítica e consciente (MORAIS, 2023).

Dessa forma, o letramento, na perspectiva de Brian Street (2014), ultrapassa a dimensão técnica e assume um compromisso ético e político com a formação de sujeitos conscientes, críticos e capazes de intervir em sua realidade. Ao dialogar com autores como

Kleiman, essa concepção reforça a necessidade de práticas educativas que articulem linguagem, cultura e poder, promovendo uma educação mais inclusiva, significativa e socialmente comprometida.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e bibliográfica. É de natureza qualitativa por buscar compreender o fenômeno da alfabetização e do letramento, a partir da interpretação de significados, discursos e contextos presentes na produção acadêmica. Configura-se como exploratória, uma vez que visa ampliar a compreensão sobre o tema, proporcionando maior familiaridade com o problema investigado e possibilitando a construção de reflexões teóricas mais consistentes. Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base na análise de artigos científicos e outras produções acadêmicas relevantes, utilizando-se do Estado da Arte para

fundamentar e sustentar a discussão proposta.

O Estado da Arte constitui-se como uma importante estratégia metodológica no âmbito da pesquisa científica, especialmente nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Seu principal objetivo é mapear, sistematizar e analisar a produção acadêmica existente sobre determinado tema, em um recorte temporal e espacial definido, possibilitando ao pesquisador compreender como o conhecimento vem sendo construído, quais enfoques predominam, quais lacunas permanecem e quais tendências emergem no campo investigado (GIL, 2019).

No quadro a seguir, são apresentados 06 (seis) produções que têm como foco a **formação docente**, destacando sua contribuição para o fortalecimento dos processos de alfabetização e letramento, conforme exposto no quadro 1:

Quadro 1- Categoria “Formação docente” no processo de alfabetização e letramento.

Número da Produção (P)	Título da produção	Autores (as)	Ano	Plataforma
P1	A produção curricular do professor alfabetizador: diálogos com o PNAIC	Vanessa Soares de Lucena	2021	BDTD
P2	O <i>Tempo de Aprender</i> e o silenciamento do letramento no processo de alfabetização	Ramona Graciela Alves de Melo Kappia e Darlize Teixeira de Melloa	2024	SciELO
P3	Política Nacional de Alfabetização: discursos de evidências científicas nas políticas curriculares de formação continuada de professores alfabetizadores	Ana Paula Simões	2024	BDTD
P4	Formação do alfabetizador e ensino da língua portuguesa: o agir pelo discurso de Magda Soares	Ilsa do Carmo Vieira Goulart	2025	SciELO
P5	Diálogos com Magda Soares: contribuições para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	Telma Ferraz Leal	2025	SciELO
P6	Alfabetização e letramento nas produções de Magda Soares: contribuições para a formação de pesquisadores	Eliana Albuquerque, Andrea Brito Ferreira e Sirlene Barbosa de Souza	2025	SciELO

Fonte: Elaborada pelos autores.

RESULTADOS

A dissertação **A produção curricular do professor alfabetizador: diálogos com o PNAIC (2021)** da autora Vanessa Soares de Lucena teve como objeto de estudo a formação do professor alfabetizador, suas práticas pedagógicas e as produções curriculares decorrentes de sua participação no curso de formação oferecido pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). A investigação problematiza os sentidos de alfabetização disseminados pelo programa e analisa de que modo essa formação produz significados para o currículo desenvolvido em sala de aula. O PNAIC é compreendido como uma política pública que disputa sentidos em torno da educação, do currículo e da alfabetização, constituindo-se como uma política difusa, marcada por processos de negociação e por lutas hegemônicas acerca do que significa estar alfabetizado.

O percurso analítico desta pesquisa, intitulado, fundamenta-se na análise documental das políticas relacionadas ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), considerando suas transformações ao longo do tempo. Trata-se de um programa de formação docente de longa duração (2013–2019), de abrangência nacional e sustentado por expressivos investimentos públicos. A investigação busca compreender o processo de constituição da política, sua estruturação e, especialmente, as reconfigurações ocorridas no período de 2017 a 2019, recorte temporal de

interesse deste estudo. Nesse intervalo, observa-se uma mudança significativa na configuração da formação, marcada pela redução de custos decorrente da diminuição de recursos financeiros e pela necessidade de adaptação das universidades responsáveis, com destaque para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição responsável pela condução do PNAIC no município do Rio de Janeiro, lócus da pesquisa.

A principal impressão que emerge desta investigação é a de que o PNAIC no município do Rio de Janeiro, ao escapar parcialmente da normatividade imposta pelo Governo Federal, produziu uma reação em cadeia entre formadores e professoras alfabetizadoras, que passaram a traduzir a política em cada uma de suas instâncias de atuação. Esse movimento desencadeou um ciclo de diferimento que, ao chegar à sala de aula, já não correspondia mais ao PNAIC tal como prescrito nos documentos oficiais. Tal constatação reforça a tese defendida neste estudo: não há sentidos absolutos nas políticas curriculares; cada escola produz redes singulares de políticas, e a significação dos discursos escapa a qualquer tentativa de controle total.

Observou-se, ainda, que os espaços de conversa, troca e reflexão coletiva foram fundamentais para a facilitação desses processos de tradução. Nesses espaços, não se verificou a possibilidade de controle rígido, tal como sugerido nos documentos normativos. Mesmo diante de tentativas de padronização

dos processos formativos, das práticas de sala de aula e do currículo, as políticas são inevitavelmente atravessadas por interpretações, traduções e adaptações quando acionadas no nível micro da prática escolar.

A partir desse entendimento, torna-se inviável conceber a leitura e a execução de documentos normativos como um processo homogêneo, linear ou análogo a uma lógica de fabricação. A interpretação, a crítica, os diferentes níveis de compreensão, bem como as condições contextuais internas e externas às escolas, configuram-se como elementos incontroláveis que incidem diretamente sobre a chamada “implementação” das políticas educacionais. Nesse sentido, este estudo evidencia que escolas, professoras e formadores não apenas aplicam políticas, mas as atuam, produzindo sentidos no cotidiano de suas práticas.

O artigo intitulado **O Tempo de Aprender e o silenciamento do letramento no processo de alfabetização (2024)** das autoras Ramona Graciela Alves de Melo Kappia e Darlize Teixeira de Mello teve como objetivo analisar a concepção de linguagem e de aprendizagem presente na proposta didática de alfabetização do curso de formação continuada do programa Tempo de Aprender (2020), à luz da Política Nacional de Alfabetização (PNA) (Brasil, 2019). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-analítico, baseada na análise documental dos eixos 1 (Formação continuada de profissionais da alfabetização) e 2 (Apoio pedagógico para

alfabetização) do documento orientador do programa. A análise evidenciou fragilidades na proposta formativa, como a organização hierarquizada da aprendizagem da leitura e da escrita, a padronização da instrução fônica e a ênfase no treinamento motor para a grafia das letras. Esses aspectos revelam o esvaziamento das discussões sobre consciência fonológica em articulação com a ludicidade, bem como o silenciamento das práticas de letramento no processo de alfabetização.

A análise do programa Tempo de Aprender revela sua inserção em um contexto marcado por tensões entre continuidades e rupturas nas concepções teóricas sobre alfabetização, evidenciando disputas de natureza política. Nesse cenário, as concepções de linguagem e de aprendizagem presentes nas políticas públicas de alfabetização passam a competir entre si na busca por legitimidade e eficácia, resultando na imposição de uma única abordagem de ensino. Tal movimento contraria o princípio constitucional que assegura às escolas e aos docentes o direito de escolher as metodologias consideradas mais adequadas às especificidades das turmas de alfabetização (Morais, 2019b).

Conforme discutido, a consciência fonológica contribui para o desenvolvimento de diversas habilidades no processo de alfabetização. Nesse sentido, as críticas dirigidas à instrução fônica presente no curso analisado justificam-se pelo fato de que as atividades pedagógicas propostas se inserem

em uma prática repetitiva e ritualizada, com pouco embasamento linguístico, reduzido espaço para a ludicidade e escassa promoção da curiosidade metalinguística, aspectos amplamente discutidos em estudos acadêmicos no Brasil desde a década de 1980. Assim, a análise permite inferir que a metodologia adotada na proposta do curso distancia-se das pesquisas e debates que, a partir desse período, promoveram avanços significativos no campo da alfabetização e no reconhecimento do sujeito que aprende.

A Tese **Política Nacional de Alfabetização: discursos de evidências científicas nas políticas curriculares de formação continuada de professores alfabetizadores (2024)** da autora Ana Paula Simões teve como objetivo compreender os discursos enunciados e os processos de articulação política engendrados pela Política Nacional de Alfabetização (PNA) na produção de sentidos para o campo da alfabetização e para as políticas curriculares de formação continuada docente, a partir do significante *evidências científicas*. Destaca-se, portanto, esse significante como central na investigação desenvolvida.

Argumenta-se que os discursos que constituem a PNA mobilizam sentidos de qualidade e de eficácia educacional ao elegerem as *evidências científicas* como eixo estruturante, tomando como princípio orientador os pressupostos da Ciência Cognitiva da Leitura e os resultados de pesquisas de cunho experimental para

direcionar a produção curricular. Nessa perspectiva, diferentes demandas são acionadas com o intuito de promover mudanças e rupturas no campo da alfabetização brasileira.

A tentativa de hegemonização dos sentidos projetados a partir do significante *evidências científicas* tem operado como parâmetro para a formulação de políticas curriculares voltadas à formação continuada de professores alfabetizadores, buscando a sedimentação de determinados sentidos no campo educacional. Todavia, esta pesquisa assume uma abordagem discursiva, compreendendo as políticas de currículo como políticas de significação, constituídas por articulações contingentes e por sentidos dispersos no campo da discursividade, em meio ao jogo político que produz fechamentos sempre provisórios e instáveis.

A formação continuada de professores alfabetizadores, tal como projetada pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), a partir do significante *evidências científicas* e operacionalizada pelo Programa *Tempo de Aprender*, apresenta-se como uma das principais estratégias de regulação da docência, ao buscar instituir uma determinada performance docente ancorada em sentidos de produtividade e eficiência. Para tal, a política elege como racionalidade dominante uma formação centrada na prática instrumental, esvaziando a dimensão teórica e a reflexão crítica acerca dos processos educativos e dos contextos sociais nos quais a alfabetização se

realiza.

Destaco que a própria forma de operar da PNA evidencia sua contingencialidade e precariedade, uma vez que seus discursos e significações se constituem a partir da dependência de múltiplas articulações, revelando uma operação complexa e instável em sua implementação. Nessa direção, enquanto campo de luta, situada em um terreno indecível, marcado por resultados incertos e sentidos não previsíveis, a PNA torna-se passível de contestação diante dos antagonismos e ambivalências que a atravessam. Tais tensões contribuem para a desconstrução de seu próprio discurso de verdade e da pretensa ideia de consenso total que busca sustentar.

Nesse contexto, concluo este trabalho propondo compreender as políticas de currículo como arenas de luta discursiva. Assim, mesmo em um cenário que procura ancorar-se em verdades legitimadas, transpostas das ciências naturais e experimentais, tais políticas se inscrevem em um campo de incertezas próprio da escola e da educação. Desse modo, a imprevisibilidade e a multiplicidade de sentidos produzidos continuamente no social emergem como elementos centrais para a significação das políticas curriculares, reafirmando seu caráter aberto, provisório e disputado.

O artigo **Formação do alfabetizador e ensino da língua portuguesa: o agir pelo discurso de Magda Soares (2025)** de autoria de Ilsa do Carmo Vieira Goulart apresentou as

discussões acerca do letramento que passaram a ganhar maior visibilidade no Brasil a partir da década de 1990. Nesse cenário, destacam-se as pesquisas e contribuições de Magda Soares, cuja produção acadêmica foi fundamental para a consolidação de diferentes vertentes discursivas, bem como para a ressignificação dos conceitos de alfabetização e letramento. Além disso, sua atuação teve impacto significativo na formação de professores, ao propor reflexões e ações formativas voltadas aos profissionais da educação.

Diante desse contexto, o presente texto tem como objetivo refletir sobre as concepções de Magda Soares relacionadas à formação do professor alfabetizador e ao ensino da língua portuguesa, considerando o agir docente. Para tanto, adota-se como base teórica e metodológica o Interacionismo Sociodiscursivo, proposto por Jean Bronckart, que orienta a análise reflexiva dos conceitos de linguagem, alfabetização e letramentos. Busca-se, assim, dar visibilidade aos discursos construídos em torno dessa temática e compreender suas repercussões tanto na formação docente quanto nas práticas de leitura e escrita, especialmente no contexto do processo de alfabetização.

Ficou evidente nessa produção que os textos que tratam do professor alfabetizador estão profundamente vinculados ao contexto social e político no qual esse profissional está inserido. Ao mesmo tempo em que evidenciam as limitações e as possibilidades presentes na

formação docente, esses escritos revelam a imagem de um professor comprometido com o processo de alfabetização, consciente da importância de compreender a aquisição da escrita e que necessita de uma formação mais sólida, conceitual e efetiva. Trata-se de um profissional que valoriza o que faz e se dedica à docência com o propósito de garantir uma educação de qualidade, pois, como afirma Soares (2005), “nada é mais gratificante, na educação, que alfabetizar uma criança”.

O artigo intitulado **Diálogos com Magda Soares: contribuições para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2025)**^{DA} autora Telma Ferraz Leal teve como objetivo discutir as principais tendências de alfabetização no contexto brasileiro, identificadas em documentos curriculares nacionais elaborados ou reformulados no período de 2000 a 2010, destacando os posicionamentos de Magda Soares acerca dessas tendências. Busca-se, ainda, compreender as influências dessas concepções sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), política federal de formação de professores vigente entre 2013 e 2017. Para tanto, realizou-se uma análise documental de 32 Cadernos de Formação do PNAIC. As tendências de alfabetização analisadas são: (1) alfabetização concebida como código, com ênfase no método fônico; (2) alfabetização por imersão nas práticas de letramento; e (3) alfabetização na perspectiva do letramento.

Magda Soares destaca-se como uma das principais formuladoras da abordagem da alfabetização na perspectiva do letramento, defendendo a compreensão da alfabetização como um processo multifacetado. Nessa perspectiva, posiciona-se favoravelmente ao ensino sistemático do Sistema de Escrita Alfabética, articulado a situações didáticas que promovam a reflexão metalinguística sobre o funcionamento desse sistema, o desenvolvimento da consciência fonológica, bem como a inserção dos alunos em práticas de leitura e produção de textos desde o início da Educação Básica.

Dessa forma, a alfabetização é compreendida como um processo multidimensional, cuja discussão se fundamenta em pesquisas que dialogam com teorias construtivistas, estudos sobre consciência fonológica e diferentes concepções de letramento. Esses campos de investigação contribuíram para a construção do pensamento de Magda Soares, evidenciando a complexidade que o fenômeno da alfabetização exige. Por fim, destaca-se a dimensão política desse debate e a importância das proposições de Soares para o cenário educacional brasileiro.

O artigo **Alfabetização e letramento nas produções de Magda Soares: contribuições para a formação de pesquisadores (2025)** das autoras Eliana Albuquerque, Andrea Brito Ferreira e Sirlene Barbosa de Souza, teve como objetivo refletir sobre as contribuições das discussões

propostas por Magda Soares para as pesquisas no campo da alfabetização, da leitura e da escrita. Metodologicamente, realizou-se um mapeamento dos trabalhos aprovados no GT 10 (Alfabetização, leitura e escrita) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), no período de 2000 a 2021. A análise buscou identificar referências às produções de Magda Soares utilizadas como base teórica para a discussão dos dados das pesquisas.

Os resultados revelam que suas obras foram citadas em todas as Reuniões da ANPED analisadas. Destaca-se o livro *Alfabetização: um tema em três gêneros* (1998), referenciado em 48 trabalhos ao longo das 17 reuniões estudadas, bem como o artigo *Letramento e alfabetização: as muitas facetas* (2004), citado em oito reuniões. Esses achados evidenciam a relevância e a permanência das contribuições de Magda Soares para o campo da alfabetização, da leitura e da escrita no Brasil.

A análise das contribuições da produção de Magda Soares nas pesquisas apresentadas no GT 10 (Alfabetização, leitura e escrita) evidencia um percurso construído ao longo de sua trajetória como professora e pesquisadora comprometida com a educação pública e com a alfabetização de todas as crianças. Suas inquietações deram origem a estudos que fortaleceram os debates teóricos e pedagógicos sobre o ensino da leitura e da escrita e sobre seus usos nos contextos escolar e social. Além disso, suas produções

instigaram pesquisadores a refletirem sobre o papel social e político da escola e das práticas que nela se desenvolvem cotidianamente.

Para além do campo acadêmico, seu legado influenciou políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à formação continuada de professores alfabetizadores, que tomaram suas obras como referência para repensar o cotidiano da alfabetização em sala de aula. O conjunto de seus livros, artigos e pesquisas expressa o compromisso de Magda Soares com o direito de todos à aprendizagem da leitura e da escrita e ao uso significativo dessas práticas na vida social.

A “Formação docente no processo de alfabetização e letramento” evidencia que a constituição das práticas alfabetizadoras está diretamente relacionada aos percursos formativos das/os professoras/es, tanto na formação inicial quanto na formação continuada. As análises indicam que processos formativos fundamentados apenas em orientações prescritivas e operacionais tendem a produzir apropriações superficiais dos conceitos de alfabetização e letramento, sem provocar deslocamentos conceituais significativos na prática pedagógica. Em contraposição, formações que articulam fundamentos teóricos, reflexão crítica sobre a prática e valorização dos saberes docentes contribuem para a construção de práticas alfabetizadoras mais conscientes, contextualizadas e socialmente referenciadas. Nesse sentido, a formação docente emerge como um espaço central de disputa de

concepções, no qual se tensionam perspectivas tecnicistas e abordagens que reconhecem a docência como prática intelectual, ética e situada, condição essencial para a efetivação da alfabetização na perspectiva do letramento. Vamos analisar a partir de agora as “**Produções- P1, P2, P3, P4, P5 e P6**, que metodologicamente escolhemos para discorrermos em nossa pesquisa.

A **P1**, analisa a produção curricular do professor alfabetizador em diálogo com o PNAIC, evidenciando como as diretrizes dessa política pública são apropriadas, reinterpretadas e ressignificadas no cotidiano escolar. Os resultados apontam que o currículo não se constitui como um documento fechado ou apenas prescrito, mas como uma produção situada, construída a partir das experiências, saberes e escolhas pedagógicas das/os professoras/es alfabetizadoras/es.

O trabalho evidencia que, embora o PNAIC proponha orientações curriculares alinhadas a concepções de alfabetização e letramento mais ampliadas, sua materialização depende das condições concretas de trabalho e dos percursos formativos das/os docentes. A autora destaca que os/as professores/as mobilizam estratégias de mediação entre o que é orientado pela política e as demandas reais da sala de aula, revelando tanto possibilidades de fortalecimento das práticas alfabetizadoras quanto limites impostos por lógicas prescritivas e padronizadoras.

Dessa forma, o estudo contribui ao reforçar a compreensão de que a produção curricular é um processo ativo e autoral, no qual o/a professor/a alfabetizador/a assume um papel central. Ao evidenciar os diálogos e tensões entre política pública e prática docente, o trabalho reafirma a necessidade de políticas de formação e currículo que reconheçam o professor como sujeito intelectual e valorizem sua autonomia na construção de práticas de alfabetização comprometidas com o letramento.

A **P2**, analisa criticamente o Programa Tempo de Aprender, evidenciando como essa política pública de alfabetização promove um silenciamento da perspectiva do letramento, ao privilegiar abordagens centradas na aprendizagem do código e em práticas de cunho tecnicista. As autoras apontam que, embora o programa se apresente como fundamentado em evidências científicas, ele reduz a complexidade do processo alfabetizador, desconsiderando a dimensão social, cultural e histórica da linguagem escrita.

Essa produção evidencia que os efeitos dessa política recaem diretamente sobre as práticas docentes, ao impor modelos prescritivos de ensino e restringir a autonomia do/a professor/a alfabetizador/a. As autoras destacam que tal racionalidade tende a deslocar o/a docente de uma posição reflexiva para uma atuação pautada pela execução de procedimentos e pelo cumprimento de metas,

o que fragiliza a articulação entre alfabetização e letramento no cotidiano escolar.

A análise evidencia que o programa Tempo de Aprender se inscreve em disputas políticas e teóricas no campo da alfabetização ao adotar uma concepção reducionista de linguagem, centrada no ensino do alfabeto como código e na instrução fônica prescritiva. Tal perspectiva limita a compreensão dos processos de aprendizagem da criança, silencia práticas de letramento e desconsidera avanços teórico-epistemológicos consolidados no Brasil desde a década de 1980. Ao privilegiar a repetição e a padronização das atividades, a proposta enfraquece a curiosidade metalinguística e a participação da criança nas práticas sociais de leitura e escrita, contrariando o princípio de alfabetizar letrando e o direito docente à autonomia pedagógica.

A **P3**, analisa criticamente os discursos de “evidências científicas” que fundamentam a Política Nacional de Alfabetização (PNA), especialmente no âmbito das políticas curriculares de formação continuada de professores alfabetizadores. Os resultados evidenciam que a PNA se apoia em uma concepção restrita de ciência, privilegiando abordagens cognitivistas e neurocientíficas, o que resulta na marginalização de perspectivas histórico-culturais e discursivas da alfabetização e do letramento.

O estudo explicita que esses discursos produzem efeitos diretos sobre a formação docente, ao instituírem modelos formativos

prescritivos e normativos, que tendem a desconsiderar os saberes construídos na experiência profissional das/os professoras/es. A autora aponta que tal racionalidade desloca a formação continuada de um espaço de reflexão crítica para um campo de adesão técnica, no qual o/a docente é concebido/a como executor/a de práticas previamente definidas.

Assim concluímos que, os resultados desta pesquisa, contribui com os processos educativos ao problematizar a centralidade do discurso das evidências científicas nas políticas contemporâneas de alfabetização, evidenciando seus limites e implicações para a formação e para as práticas docentes. Ao tensionar a PNA, o estudo reforça a necessidade de políticas de formação continuada que reconheçam a complexidade do processo alfabetizador e valorizem a docência como prática intelectual, ética e situada, condição fundamental para a articulação entre alfabetização e letramento.

A **P4**, O estudo analisa a formação do/a alfabetizador/a e o ensino da Língua Portuguesa a partir do discurso de Magda Soares, evidenciando como suas concepções orientam um agir pedagógico comprometido com a dimensão social da linguagem. Os resultados apontam que o pensamento de Soares contribui para a compreensão da alfabetização como um processo que articula o domínio do sistema de escrita à participação dos sujeitos nas práticas sociais de leitura e

escrita.

A proposição analisada evidencia que transitar pelos discursos de Magda Soares constitui um gesto teórico-metodológico intencional e responsivo, sustentado por uma compreensão dialógica da linguagem. Ao mobilizar referenciais de Bakhtin, Volochinov e Bronckart, o estudo demonstra que os sentidos produzidos nos escritos da autora não se encerram nas palavras em si, mas emergem da interação entre sujeitos, contextos e experiências históricas. Nesse movimento, os excertos selecionados permitem compreender como a escola, o contexto social, o conceito de letramento e a formação do professor alfabetizador se articulam como eixos centrais de significação em sua produção acadêmica.

Destaca-se que Magda Soares constrói seus discursos em diálogo direto com o professor, reconhecendo sua realidade, seus saberes e desafios, e defendendo uma formação docente mais consistente, conceitual e socialmente situada. Assim, sua obra revela um agir pelo discurso comprometido com a alfabetização como prática social e política, reafirmando a necessidade de processos formativos que integrem teoria e prática e que convoquem o professor a uma postura reflexiva e responsiva diante do ensino da leitura e da escrita.

A **P5**, analisa as contribuições do pensamento de Magda Soares para a formulação e o desenvolvimento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC),

evidenciando os diálogos estabelecidos entre produção acadêmica, políticas públicas e práticas pedagógicas. Os resultados indicam que o PNAIC incorporou concepções que compreendem a alfabetização de forma articulada ao letramento, reconhecendo a centralidade das práticas sociais da linguagem e da formação continuada das/os professoras/es alfabetizadoras/es.

Essa produção, evidencia que a interlocução com a obra de Magda Soares contribuiu para deslocar concepções reducionistas de alfabetização, ao valorizar o papel do/a professor/a como mediador/a e sujeito do processo pedagógico. No entanto, a autora também aponta que a materialização dessas concepções no âmbito da política enfrentou limites, especialmente quando as orientações formativas assumiram um caráter prescritivo, tensionando a autonomia docente.

O artigo reafirma a relevância do legado de Magda Soares para o campo da alfabetização e do letramento, ao destacar a complexidade e a atualidade de sua obra, construída ao longo de diferentes momentos históricos e marcada por um contínuo aperfeiçoamento das concepções de linguagem, ensino e alfabetização. A análise evidencia a plausibilidade de sua perspectiva teórica ao demonstrar como suas contribuições ampliam a compreensão do letramento, vinculando-o às práticas sociais e aos contextos culturais, históricos e sociais que extrapolam o espaço escolar.

Ao dialogar com os pressupostos dos Novos Letramentos, o estudo reconhece múltiplas formas de produção da linguagem, para além da escrita grafocêntrica, e reforça a necessidade de dar continuidade às investigações sobre a obra de Magda Soares, como forma de produzir conhecimentos críticos e contra-hegemônicos, capazes de fortalecer e atualizar seu legado intelectual no campo das políticas e práticas de alfabetização.

A **P6**, analisa as produções de Magda Soares no campo da alfabetização e do letramento, evidenciando suas contribuições para a formação de pesquisadores. Os resultados apontam que a obra da autora oferece fundamentos teóricos e metodológicos consistentes para a compreensão da alfabetização como um processo indissociável do letramento, ancorado nas práticas sociais da linguagem e em uma perspectiva crítica de pesquisa em educação.

Nesse sentido, o trabalho destaca que o diálogo com Magda Soares contribui para a formação de pesquisadores sensíveis à complexidade do fenômeno alfabetizador, capazes de articular teoria, prática e compromisso social. As autoras evidenciam que suas produções incentivam uma postura investigativa que valoriza os contextos, os sujeitos e as condições históricas em que a alfabetização se realiza, evitando reducionismos metodológicos.

Para os resultados desta pesquisa, o estudo contribui ao reafirmar a centralidade do

pensamento de Magda Soares não apenas na formação de professores, mas também na constituição de pesquisadores comprometidos com uma concepção ampliada de alfabetização e letramento. Ao evidenciar o impacto de sua obra na produção acadêmica, o trabalho reforça a importância de referenciais teóricos que sustentem pesquisas críticas e socialmente referenciadas no campo da alfabetização.

CONCLUSÕES

As discussões desenvolvidas neste estudo, fundamentadas na metodologia do Estado da Arte, evidenciaram que a formação do professor alfabetizador ocupa lugar central nos debates contemporâneos acerca da alfabetização e do letramento. A análise das produções selecionadas permitiu compreender que os processos formativos docentes influenciam diretamente as concepções e práticas pedagógicas construídas no cotidiano escolar, refletindo nas formas como a alfabetização é desenvolvida nos anos iniciais da educação básica.

Os estudos analisados revelaram a existência de tensões entre perspectivas tecnicistas, marcadas por orientações prescritivas e padronizadoras, e abordagens que compreendem a alfabetização em sua dimensão social, histórica e cultural, articulada ao letramento. Nesse cenário, observou-se que políticas públicas de formação e alfabetização, quando fundamentadas apenas em práticas instrumentais e na centralidade do código

escrito, tendem a reduzir a complexidade do processo alfabetizador e limitar a autonomia docente. Em contrapartida, propostas formativas sustentadas por referenciais críticos e dialógicos favorecem práticas pedagógicas mais reflexivas, contextualizadas e comprometidas com a participação ativa dos sujeitos nas práticas sociais da leitura e da escrita.

As produções analisadas também reafirmaram a relevância das contribuições teóricas de Magda Soares para o campo da alfabetização e do letramento, especialmente ao defender a indissociabilidade entre aprender o sistema de escrita e participar das práticas sociais da linguagem. Seu legado evidencia a necessidade de compreender o professor alfabetizador como sujeito intelectual, reflexivo e autor de sua prática pedagógica.

Conclui-se, portanto, que a efetivação de uma alfabetização na perspectiva do letramento exige investimentos em políticas de formação inicial e continuada que valorizem os saberes docentes, promovam a articulação entre teoria e prática e reconheçam a complexidade dos processos educativos. Assim, a formação do professor alfabetizador deve ser concebida como um espaço de construção crítica do conhecimento, capaz de fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com uma educação democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana; FERREIRA, Andrea Brito; SOUZA, Sirlene Barbosa de. *Alfabetização e letramento nas produções de Magda Soares: contribuições para a formação de pesquisadores*. 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. Formação do alfabetizador e ensino da língua portuguesa: o agir pelo discurso de Magda Soares. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 51, e282427, 2025.

KLEIMAN, Ângela B. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

LEAL, Telma Ferraz. Diálogos com Magda Soares: contribuições para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 51, e283701, 2025.

LUCENA, Vanessa Soares. *A produção curricular do professor alfabetizador: diálogos com o PNAIC*. 2021. Trabalho acadêmico (Programa de Pós-Graduação em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2021.

MORAIS, Artur Gomes de. *Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

SCHÖN, Donald A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SIMÕES, Ana Paula. Política Nacional de Alfabetização: discursos de evidências científicas nas políticas curriculares de formação continuada de professores alfabetizadores. Trabalho acadêmico (Programa de Pós-Graduação em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2024.

SOARES, M.B, A proposta de ensino e avaliação de alfabetização em Lagoa Santa, Minas Gerais, entrevista concedida à LEAL,

T.F e MOURAIS, A.T, para Em aberto, Brasília, v.33, n. 108. P. 191-201, maio/ago 2020.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: relações e implicações pedagógicas. *Educação em Questão*, v. 61, n. 59, e27269, 2023.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5-17, jan. 2004.

STREET, Brian V. Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.